

Assegurar a Constituição para garantir os direitos indígenas



» ELOY TERENA
Ministro dos Povos Indígenas, indígena do povo Terena (MS), doutor em ciências jurídicas e sociais (UFF) e em antropologia social (UFRJ), pós-doutor em ciências sociais (EHES, na França)

Neste segundo turno das eleições brasileiras, as ruas mostraram a força de uma nação. A vitória do presidente Lula é também uma vitória da democracia. Durante os atos e manifestações que marcaram esse momento histórico, a Constituição de 1988, forjada em meio a intensa participação popular, foi lembrada diversas vezes. Com orgulho, costume dizer que sou filho dessa Constituição.

Nasci naquele ano, quando, após duas décadas de ditadura militar, a Constituição Cidadã consolidava direitos fundamentais para todos os brasileiros. Para os povos indígenas, a Carta Magna representou o fim definitivo da condição de tutela e a garantia do direito de falar por nós mesmos. Nossas organizações sociais, costumes, línguas e terras passaram a ser reconhecidos como direitos originários.

Pertencer a esse novo Brasil permitiu-me sair de um território indígena no interior de Mato Grosso do Sul para me formar em direito. Tornei-me advogado, mestre, doutor e pós-doutor graças às políticas públicas, sem jamais renunciar aos saberes ancestrais. Hoje, o país abriga 391 povos indígenas que falam 295 línguas diferentes. Ao contrário do que ocorre em muitas nações, não estamos apenas nos

museus. Estamos nas aldeias, nas cidades, nas universidades e na política. Somos passado, presente e futuro.

Sabemos, contudo, que o Brasil ainda precisa avançar na efetivação dos direitos previstos em nossa Lei Maior. A Constituição brasileira é reconhecida como pioneira ao dedicar, por exemplo, um capítulo exclusivo ao meio ambiente, tratado como bem de uso comum do povo. Nesse contexto, é importante lembrar que os territórios indígenas estão entre as áreas mais preservadas do país, contribuindo diretamente para a conservação dos biomas e a regulação do clima.

Por essa razão, mesmo com a reeleição do presidente Lula, a nova composição da Câmara dos Deputados e do Senado, que toma posse em 2027, acende um sinal de alerta. A tese do Marco Temporal continua sendo uma das principais preocupações, assim como as propostas que buscam rever demarcações já consolidadas. Há pelo menos 38 proposições em tramitação no Congresso Nacional que podem afetar direitos dos povos originários.

Entre elas, destacam-se as propostas de emenda à Constituição que alteram o Artigo 231, responsável por reconhecer os direitos originários dos povos indígenas sobre suas terras, assegurar a preservação de suas culturas, a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes. Também merecem atenção as iniciativas que modificam o Artigo 176, que trata das jazidas, dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica, estabelece as condições para pesquisa e lavra e prevê exigências específicas, incluindo a autorização do Congresso Nacional para atividades realizadas em terras indígenas.

O Ministério dos Povos Indígenas acompanha de perto a tramitação dessas propostas para evitar retrocessos institucionais. Criada em 2023, em um contexto de graves violações de direitos, a pasta tornou-se um espaço fundamental de articulação e resposta política diante da situação de extrema vulnerabilidade vivida em diversos territórios.

Um dos exemplos mais emblemáticos desse cenário, que não queremos reviver, foi a crise humanitária enfrentada pelo povo Yanomami entre 2019 e 2022. O período foi marcado pela invasão de milhares de garimpeiros ilegais, pela desnutrição infantil, por surtos de malária e pela contaminação dos rios por mercúrio. Por meio de uma ampla articulação com diferentes órgãos do Estado, alcançamos uma redução de 98,77% na abertura de novos garimpos no território Yanomami, devolvendo a esse povo a dignidade e os direitos que lhe haviam sido retirados.

Em respeito à Constituição de 1988, o governo federal homologou 20 novos territórios indígenas. Também foram assinadas 21 portarias declaratórias, delimitadas 18 terras e constituídas 31 reservas indígenas, garantindo a proteção de mais de 12 milhões de hectares. Além disso, realizamos a desintrusão de 12 terras indígenas, devolvendo 27,5 milhões de hectares e beneficiando diretamente 67.239 pessoas.

A Carta Magna não é um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil. Ao contrário, ela é a garantia de que o país pode avançar sem abrir mão da democracia, das liberdades e da dignidade humana. Os direitos indígenas fazem parte desse pacto civilizatório firmado pela sociedade brasileira em 1988. Esquecê-lo significaria impor um custo alto demais não apenas aos povos indígenas, mas ao futuro de toda a nação.



Continuo tentando



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Com estar de volta a esta coluna, depois de algumas semanas ausente por causa da campanha eleitoral. Em 2018, quando terminei meu segundo mandato de senador, aos 76 anos, professor aposentado pela Universidade de Brasília (UnB), decidi me dedicar integralmente à atividade de escritor. Mas, neste ano de 2026, diante da degradação da política, da corrupção generalizada, do avanço das forças conservadoras, do abandono de programas que implantamos em meu governo e da perplexidade das forças progressistas, decidi disputar um mandato de deputado federal que me permitisse voltar a colaborar com a vida pública do Brasil.

Durante meses, tive o prazer de revisitar cada cidade do DF. Fui recebido com surpresa por alguns, que já me imaginavam definitivamente afastado da política, e com reconhecimento por muitos, que lembravam minha trajetória pública limpa e as realizações como governador, senador e reitor da UnB.

Conversei com mães que educaram os filhos graças ao Bolsa Escola e ao Poupança Escola. Encontrei pessoas que se tornaram profissionais pelo Projeto Saber e milhares que se fizeram empreendedoras graças ao BRB Trabalho, quando este banco era sólido e emprestava com transparência aos

pequenos e médios empreendedores. Muitos lembraram do Saúde em Casa, que levava o médico ao quarto do doente, e não havia filas nos hospitais. Outros recordaram a mudança do tempo em que famílias dormiam nas calçadas para conseguir vaga na escola pública para o tempo do Telematrícula.

Encontrei quem aprendeu a ler graças ao Bolsa Alfa e quem descobriu o prazer da leitura com o programa Mala do Livro; quem se tornou empresário graças ao Agroindústrias Familiares. Em Planaltina e Sobradinho, ouvi agradecimentos pela construção da Represa do Pipiripau, que desde 1997 pôs fim à necessidade de racionamento de água durante a estiagem. Muitos na faixa dos 40 anos lembraram da Escola Candanga e da qualidade da merenda escolar daquele período. O que mais ouvi foi o agradecimento pelo orgulho que os brasilienses passaram a ter de sua educação para o trânsito cujo maior símbolo é o respeito à Faixa de Pedestres.

Também lembraram que foi em meu governo que colocamos o metrô em funcionamento e iniciamos a construção da Ponte JK, cujo desenho, definido naquele tempo, se tornou uma das marcas de Brasília. Reencontrei a menina que me ofereceu o pedaço de vela que não mais precisaria, depois que levamos energia elétrica à região onde ela morava. No Pontão, fui reconhecido pelo êxito do Projeto Orla, que aproximou Brasília do Lago Paranoá e ajudou a transformar áreas antes ocupadas apenas por barro em espaços de lazer, turismo, hotéis e restaurantes. Na Feira dos Importados, os lojistas mais antigos lembraram de quando, em 1997, deixaram de ser ambulantes, com mercadorias espalhadas no chão em frente ao Mané Garrincha, para se tornarem comerciantes em

um dos mais movimentados centros de compras do Distrito Federal.

Por toda parte, senti reconhecimento pela integridade no exercício de cargos. E lembrança de minha campanha para presidente em 2006 com a bandeira da educação.

Do meu tempo de senador, muitos reconheciam a importância das 21 leis que levam meu nome, entre elas a Lei do Piso Nacional do Magistério e a que garante vaga em escola próxima de casa a partir dos quatro anos até a conclusão do ensino médio. Lembraram também minha luta pela federalização da educação básica, como estratégia para garantir qualidade e equidade independentemente da renda e do endereço de cada criança brasileira.

Os anos entre 2018 e 2026 foram felizes, especialmente estes últimos meses, vividos na desafiante tarefa de convencer os eleitores a me escolherem pelo legado que construí e pelas propostas que ainda defendo para o futuro. Meu objetivo era usar o mandato de deputado federal para mostrar que ainda é possível fazer política limpa; cuidar do Distrito Federal; transformar em leis e reformas da Constituição propostas que defendo há décadas, inclusive aquela que deixei no Senado em 2012 para mudar o sistema de escolha dos ministros do STF; e participar do debate nacional pela construção de forças políticas capazes de adotar uma pauta para o Brasil do século 21, em sintonia com o mundo contemporâneo e com os desejos dos brasileiros.

A eleição não me permitiu levar essa luta para dentro do Congresso, mas quase aos 83 anos eu não me omiti: tentei. Passada a tentativa eleitoral, continuo tentando, graças ao **Correio Braziliense**, junto a você, meu leitor.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O número que ordena e o número que apenas soma

Segundo o OliverTalk, o número não é só quantidade: é estrutura do real, proporção, relação, forma. O número qualitativo não apenas mede; ordena. A realidade não seria um amontoado de coisas, mas um conjunto com tensões e harmonias, e, quando a harmonia se rompe, perde-se a ordem, não só a estética. Daí a sentença mais dura de se ouvir: quem perde o sentido qualitativo do número perde o critério. A formulação soa abstrata até que uma noite eleitoral a transforma em exercício prático. Na noite de domingo, 25 de outubro, o país viu um mesmo número mudar de sentido sem mudar de valor.

Porcentagens

Os fatos são conhecidos. Com 0,29% das seções apuradas (1.456 de 499.248), Lula aparecia com 56,70% dos votos, contra 43,30% de Flávio Bolsonaro. Às 19h45, com 13,65% das urnas, Flávio assumia a frente, e, segundo a cobertura dali em diante, a liderança permaneceu com ele até cerca de 20h20. O resultado final foi de 51,79% dos votos válidos para Lula: 64.256.232 votos contra 59.826.041, uma diferença de 4,43 milhões, revertendo a vantagem de 2,22 milhões que Flávio tivera no primeiro turno. O gráfico da apuração, em forma de gangorra, alimentou ansiedade e, em parte do público, suspeitas, que ainda não estão suficientemente postas à luz da verdade. Ao que parece, numa primeira análise, é que os gráficos insistem em tentar contrariar a percepção geral.

Humanas e exatas

É aqui que a leitura dos estatísticos e analistas de dados se encontra, curiosamente, com a tese filosófica. O gráfico da apuração não mede a disputa; mede a ordem em que as urnas chegam. As primeiras seções totalizadas vieram em boa parte do exterior, depois Sul e Sudeste, depois o Nordeste. Quem olha o placar enxerga quantidade bruta; depois pergunta o quanto cada seção se desvia do que ela própria votou no primeiro turno enxerga proporção e estrutura. Foi o que fizeram os modelos que, segundo o analista Frederico Dornellas, já indicavam Lula perto de 51,8% com menos de 2% das seções totalizadas, e a projeção do *Estado*, de 51,4%, ficou a menos de meio ponto do resultado. Um número parcial é uma fração cujo denominador ainda não se conhece: tratá-lo como veredito é perder o critério.

Promessas

A cautela, porém, vale também para os modelos. O próprio Dornellas relata que uma extrapolação ingênua, aplicando ao primeiro turno o desvio das primeiras seções, acertou o destino por pouco e errou por completo a trajetória. Proporção sem estrutura continua sendo quantidade disfarçada. A boa estatística não promete certeza; promete intervalo, e é a sua honestidade.

Ver e enxergar

O mesmo vale para a escolha do gráfico. A curva percentual da apuração, que oscila com violência nos primeiros minutos, esconde que, no início, poucas centenas de milhares de votos separavam os candidatos, e que cada seção nova pesa menos à medida que o total cresce. Já a comparação entre turnos revela uma proporção de outra natureza: Lula somou 10,38 milhões de votos entre os dois turnos, e Flávio, 3,72 milhões, de modo que, segundo cálculo divulgado pela imprensa, três de cada quatro votos novos foram para o petista. O que explica a virada é a relação entre os incrementos, e só quem olha a relação a enxerga.

Sentimento de democracia

Resta o ponto mais delicado, que é o da contestação. Reportagens informam que Flávio Bolsonaro anunciou não reconhecer o resultado e pretender pedir a anulação do pleito, questionando a prorrogação da votação, decidida no Supremo. Na aritmética, um levantamento aponta 35.521 votos registrados depois das 17h, ou 0,80% da vantagem final de 4.430.191. O número é útil, mas é o ponto em que Mário Ferreira dos Santos mais ajuda. Se justiça é relação ordenada e não opinião, tampouco é soma. Uma quantia pequena não torna regular o que fosse irregular, e uma margem grande não dispensa o devido processo. A pergunta sobre se a prorrogação foi legítima é jurídica, e pertence à Justiça Eleitoral, com provas e contraditório; quem a levanta exerce um direito, e quem a rejeita deve responder com argumentos, não com o tamanho da vitória. Do mesmo modo, a diferença de 3,58 pontos legítima aritmeticamente o vencedor, mas a legitimidade democrática é também procedimento, e a dúvida, por mais barulhenta, não é prova.

Viver e aprender

Usar qualquer discurso ideológico contra a democracia é crime de grande poder ofensivo e um tiro no próprio pé. A eleição é o regime em que, por decisão constitucional, a quantidade decide: cada voto vale um, e nenhuma qualidade metafísica do número substitui a contagem. O que o sentido qualitativo do número oferece não é um critério alternativo de vencedor, mas uma disciplina de leitura: saber qual é o denominador, em que ordem os dados chegam, qual o intervalo de confiança, o que a medida capta e o que deixa escapar. Dizendo com uma metáfora do próprio OliverTalk, a realidade tem proporções, e o gráfico só a representa bem quando se respeita a proporção entre o que se vê e o que ainda falta ver.

Por isso, a lição final é educativa, não eleitoral.

A frase que foi pronunciada:

“Se justiça é relação ordenada e não opinião, tampouco é soma.”

Mário Ferreira dos Santos

História de Brasília

No último dia da reunião do júri, o juiz presidente Djalmani Calafange Castelo Branco, antes de iniciar o julgamento, fez os agradecimentos do Tribunal aos jurados, que compareceram a todas as reuniões, dando número para os julgamentos, e pôs em relevo as sentenças pronunciadas. **(Publicada em 26/5/1962)**